

**ENTRE O EXÍLIO E O
MERCADO: POEMA SUJO
DE FERREIRA GULLAR
COMO BEM SIMBÓLICO NO
CAMPO DE PRODUÇÃO
CULTURAL DA DITADURA
CIVIL-MILITAR**

**BETWEEN EXILE AND THE MARKET: FERREIRA GULLAR'S POEMA SUJO AS
A SYMBOLIC GOOD IN THE FIELD OF CULTURAL PRODUCTION DURING
BRAZIL'S CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP**

Linguística & Letras e Artes · 02/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782752320](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782752320)

Bárbara Laís da Silva Negreiros Campos

RESUMO

Este artigo examina a consagração do Poema sujo (1976) de Ferreira Gullar como fenômeno que articula condições históricas, estrutura do campo literário brasileiro e dinâmica do mercado editorial no período final da ditadura civil-militar (1964–1985). Mobilizando o aparato conceitual de Pierre Bourdieu — em especial as noções de campo, *habitus* e capital simbólico —, articulado à reflexão de Edward Said sobre o exílio como condição de produção e ao conceito de luto pós-ditatorial formulado por Idelber Avelar, o artigo argumenta que a consagração da obra não resulta apenas de seu valor estético, mas de uma convergência específica entre a experiência do exílio político, as redes de sociabilidade intelectual acumuladas por Gullar ao longo de sua trajetória e o momento histórico de distensão que tornava necessária — e possível — a circulação pública de uma obra produzida na resistência. O percurso analítico examina o campo intelectual sob a ditadura, o exílio como operador simbólico, a consagração do Poema sujo como bem cultural e os efeitos dessa consagração sobre o reposicionamento do autor no campo literário pós-ditatorial.

Palavras-chave: Ferreira Gullar; Poema sujo; campo literário; capital simbólico; ditadura civil-militar; exílio.

ABSTRACT

This article examines the consecration of Ferreira Gullar's Poema sujo (1976) as a phenomenon that articulates historical conditions, the structure of the Brazilian literary field, and the dynamics of the publishing market in the final period of the civil-military dictatorship (1964–1985). Drawing on Pierre Bourdieu's conceptual framework — particularly the notions of field, habitus, and symbolic capital — in dialogue with Edward Said's reflection on exile as a condition of production and Idelber Avelar's concept of post-dictatorial

mourning, the article argues that the work's consecration stems not only from its aesthetic value, but from a specific convergence between the experience of political exile, the intellectual networks accumulated by Gullar throughout his trajectory, and the historical moment of political opening that made the public circulation of a work produced in resistance both necessary and possible. The analytical path examines the intellectual field under dictatorship, exile as a symbolic operator, the consecration of *Poema sujo* as a cultural commodity, and the effects of that consecration on the author's repositioning in the post-dictatorial literary field.

Keywords: Ferreira Gullar; *Poema sujo*; literary field; symbolic capital; civil-military dictatorship; exile.

1. INTRODUÇÃO

Em maio de 1975, em Buenos Aires, cercado pela iminência de uma ditadura que começava a engolir também a Argentina, Ferreira Gullar escreveu o que acreditava poder ser seu último registro: um poema longo, visceral, feito de memória e de medo. O *Poema sujo* não nasceu como projeto literário calculado — nasceu como sobrevivência. No entanto, menos de dois anos depois, era essa mesma obra que negociava o retorno do autor ao Brasil, mobilizava intelectuais, esgotava edições e redefinia a posição de Gullar no campo literário brasileiro. O que aconteceu entre o quarto de exílio e as livrarias cariocas não é apenas uma história de recepção literária: é uma história sobre como o campo cultural opera sob regimes de exceção e sobre os mecanismos pelos quais uma obra se converte em bem simbólico.

Este artigo propõe examinar o *Poema sujo* a partir dessa tensão constitutiva — entre a condição de produção marcada pelo exílio

político e a dinâmica do mercado editorial brasileiro nos anos finais da ditadura civil-militar (1964–1985). O argumento central que orienta a análise é o de que a consagração da obra não resulta apenas de sua qualidade estética, indiscutível, mas de uma convergência específica: as condições históricas criadas pela ditadura, a estrutura do campo intelectual brasileiro e o capital social acumulado por Gullar ao longo de sua trajetória como poeta, jornalista e militante. Em outros termos, o Poema sujo se torna um bem simbólico de primeira grandeza porque o campo estava, naquele momento, estruturado para recebê-lo como tal.

Para sustentar essa leitura, o trabalho mobiliza o aparato conceitual de Pierre Bourdieu — em especial as noções de campo, habitus e capital simbólico —, articulado à reflexão de Edward Said sobre o exílio como condição de produção e ao conceito de "luto pós-ditatorial" desenvolvido por Idelber Avelar em *Alegorias da derrota* (2003). A escolha desse quadro teórico não é arbitrária: são exatamente esses instrumentos que permitem deslocar a análise do plano da intenção autoral para o plano das condições objetivas que tornam possível — e necessária — a consagração de uma obra em determinado momento histórico.

O percurso analítico se organiza em três movimentos. Primeiro, recuperamos o cenário do campo intelectual brasileiro sob a ditadura, com atenção particular ao papel das editoras como instâncias de consagração e aos efeitos diferenciados da censura sobre a produção literária. Em seguida, examinamos como o exílio funciona não apenas como trauma biográfico, mas como operador simbólico que reconfigura a posição de Gullar no campo — e como a circulação clandestina do Poema sujo em fita cassete antecipou, de forma reveladora, sua entrada no mercado editorial. Por fim,

analisamos os efeitos da consagração da obra sobre a trajetória posterior do autor, lendo nesse reposicionamento os limites e as contradições do campo literário em tempos de abertura política e avanço do mercado capitalista sobre a produção cultural.

2. O CAMPO INTELECTUAL SOB A DITADURA: CENSURA, MERCADO E PRODUÇÃO LITERÁRIA

A instauração da ditadura civil-militar em 1964 não produziu, de imediato, o silêncio cultural que o regime aparentemente desejava. Ao contrário, o que se observa no Brasil dos anos seguintes é um fenômeno paradoxal: a consolidação, nos espaços institucionais da cultura — universidades, teatros, livrarias, redações —, de uma hegemonia simbólica da esquerda intelectual que coexistia, de forma tensa e contraditória, com um governo de direita. Roberto Schwarz, ao analisar o período entre 1964 e 1969, formulou esse paradoxo com precisão: apesar da ditadura de direita, havia relativa hegemonia cultural de esquerda no país, visível nas livrarias tomadas de marxismo, nas estreias teatrais febris e na movimentação estudantil. Essa anomalia tinha raízes estruturais: os movimentos sociais organizados antes do golpe — o Centro Popular de Cultura (CPC), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas — haviam criado uma infraestrutura de produção e circulação cultural que não foi desmontada de imediato pelo novo regime.

É dentro desse campo já tensionado que se deve compreender o significado do Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro de 1968. O AI-5 não apenas ampliou os poderes repressivos do Estado — cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, intervenção federal —, mas institucionalizou a censura como mecanismo de controle cultural, legitimando a interdição de obras consideradas

contrárias à moral, aos bons costumes e à segurança nacional. Para o campo literário, os efeitos foram imediatos, ainda que diferenciados. Diferentemente do cinema e da televisão — meios de alcance massivo e, portanto, percebidos pelo regime como ameaças mais urgentes —, o livro ocupava uma posição ambígua na hierarquia das preocupações censórias: atingia um público restrito, majoritariamente letrado e já politizado, o que tornava sua repressão menos prioritária, mas não menos real.

Essa lógica seletiva da censura produziu um efeito paradoxal sobre o mercado editorial. Entre 1970 e 1976, o Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP) analisou centenas de obras e vetou publicações de autores como Rubem Fonseca, cujo livro *Feliz Ano Novo* foi apreendido por suposta apologia à violência. Ao mesmo tempo, contudo, o mercado editorial brasileiro experimentava uma expansão considerável, impulsionada pela ampliação do sistema universitário promovida pelo próprio regime e pela crescente demanda por livros didáticos — o que abriu espaço para novas editoras e reconfigurou o campo da produção cultural. A editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira, tornou-se nesse contexto um caso exemplar das contradições do período: atacada por bombas, com depósitos incendiados e seu editor diretamente perseguido por vínculos com o Partido Comunista Brasileiro, a editora manteve-se como uma das principais instâncias de consagração da literatura de resistência — exatamente porque o regime nunca conseguiu suprimir completamente o campo que pretendia controlar.

É fundamental compreender, com Bourdieu, que as editoras não são meros intermediários neutros entre autor e público: são agentes ativos do campo, dotados de poder de consagração. Ao selecionar o

que publicar, ao mobilizar redes de críticos e de jornalistas, ao decidir o momento e as condições de lançamento de uma obra, a editora participa diretamente da construção do valor simbólico do produto cultural. No Brasil da ditadura, essa função consagradora adquiria uma dimensão política adicional: publicar determinados autores era, em si, um ato de posicionamento no campo, com riscos e recompensas simbólicas correspondentes. Quando Ênio Silveira decide publicar o Poema sujo em 1976, a decisão não pode ser lida apenas como aposta literária — é também um gesto político dentro de um campo que havia aprendido, ao longo de uma década de repressão, a converter a resistência em capital simbólico.

O ano de 1976 marca, não por acaso, uma inflexão no padrão censório. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, em outubro de 1975, intensificou a pressão da sociedade civil pela abertura política e pelo fim das práticas de exceção. A partir desse momento, a censura a livros começa a recuar — não por benevolência do regime, mas pela reconfiguração das correlações de força dentro do próprio campo político. É nesse cenário de abertura controlada, de distensão negociada, que o Poema sujo chega às livrarias brasileiras. O campo estava, portanto, estruturalmente preparado para receber uma obra que condensasse, em forma poética, a memória da repressão e do exílio — e para consagrá-la como símbolo de uma resistência que o próprio mercado, em expansão, tinha interesse em incorporar.

Esse ponto é decisivo para o argumento deste artigo. A consagração do Poema sujo não ocorre apesar do mercado, nem contra ele: ocorre através dele, nos termos que o campo havia estabelecido para converter experiência política em valor literário. Compreender essa mediação exige, no entanto, que se examine mais de perto a

condição específica que tornou Gullar e sua obra disponíveis para esse processo — o exílio.

3. EXÍLIO COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO: ENTRE O DESLOCAMENTO E O CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO

O exílio de Ferreira Gullar — que se estende de 1971 a 1977, passando por Moscou, Santiago, Lima e Buenos Aires — não é, para os fins deste artigo, um dado biográfico a ser narrado. É uma condição estrutural que reconfigura simultaneamente a posição do autor no campo literário e as condições materiais e subjetivas de produção de sua obra. Essa distinção é necessária porque a tendência predominante na recepção crítica do Poema sujo tem sido tratar o exílio como contexto — pano de fundo que explica o tom emocional do poema —, quando ele opera, de fato, como um dos mecanismos centrais de produção do valor simbólico da obra. Não é o exílio vivido que interessa aqui, mas o exílio como operador dentro do campo.

Para Said, o exílio é fundamentalmente uma condição de deslocamento que fragmenta as referências identitárias do sujeito, produzindo ao mesmo tempo perda e, paradoxalmente, uma perspectiva privilegiada sobre aquilo que foi deixado para trás. Essa dupla dimensão — ruptura e aguçamento da percepção — tem consequências diretas sobre a produção literária. O exilado que escreve não escreve a partir de uma posição neutra: escreve a partir de um lugar de falta, de urgência, de necessidade de restituição simbólica do que foi perdido. No caso de Gullar, essa urgência é literal: o Poema sujo foi escrito, segundo o próprio autor, como um "poema-limite", um registro derradeiro diante da possibilidade concreta da morte. A obra nasce, portanto, marcada por uma

condição de exceção que o campo literário, ao recebê-la, vai converter em distinção.

Bourdieu nos ensina que o valor de uma obra dentro do campo não é intrínseco — é produzido relacionalmente, pela posição que o autor ocupa no espaço das posições e pela trajetória que o levou até ali. O exílio político altera radicalmente essa trajetória. Antes do exílio, Gullar era um intelectual reconhecido nos circuitos da esquerda cultural brasileira — presidente do CPC, colaborador de jornais, autor de cordéis e poemas de engajamento —, mas sua posição no campo literário era contestada precisamente por essa vinculação ao projeto de "arte popular revolucionária", que a crítica recebia com reservas estéticas. A panfletagem militante, como o próprio Gullar reconheceria depois, havia subordinado a elaboração estética à urgência política, produzindo obras que o campo tendia a classificar como literariamente insuficientes. O exílio rompe essa trajetória e oferece ao autor as condições — o isolamento, o medo, a saudade, a iminência da morte — para um tipo radicalmente diferente de produção poética.

Esse reposicionamento, no entanto, não se dá de forma automática. O que converte o exílio de circunstância biográfica em capital simbólico é um conjunto de mediações que operam dentro do campo. A mais reveladora delas é a circulação clandestina do Poema sujo em fita cassete, antes mesmo de sua publicação impressa. Gravado pelo próprio Gullar em Buenos Aires e levado ao Brasil por Vinícius de Moraes, o poema circulou de mão em mão, de reunião em reunião, entre intelectuais, artistas e jornalistas do Rio de Janeiro. Esse modo de circulação pré-editorial não é um detalhe anedótico: é uma estratégia — consciente ou não — de construção de valor simbólico antes da entrada no mercado formal. A fita cassete cria

expectativa, seleciona público, acumula capital de consagração antes que a editora sequer entre em cena. Quando Ênio Silveira recebe uma cópia e decide publicar o poema "o mais rápido possível", como relata Gullar, o mercado editorial está respondendo a uma demanda que o próprio campo já havia produzido.

O papel de Vinícius de Moraes nesse processo merece atenção específica. Ao escolher levar o poema ao Brasil e ao promovê-lo nas reuniões de intelectuais cariocas, Vinícius não age apenas como amigo — age como agente do campo dotado de capital simbólico suficiente para, com seu gesto, transferir parte desse capital à obra e ao autor. Bourdieu chamaria isso de efeito de consagração por contiguidade: a proximidade com um nome consagrado funciona como aval que antecipa o julgamento crítico. O Poema sujo chega ao mercado editorial já parcialmente consagrado pela rede de relações que Gullar havia construído ao longo de sua trajetória no campo intelectual — e que o exílio, paradoxalmente, havia preservado e intensificado, ao transformá-lo em figura de resistência.

Há aqui uma tensão que o campo precisava administrar. O Gullar que retorna é, ao mesmo tempo, o militante que o regime perseguiu e o poeta que o regime, ao perseguir, contribuiu para consagrar. Essa ambiguidade não enfraquece a posição do autor no campo — ao contrário, é exatamente ela que torna o Poema sujo uma obra tão eficaz simbolicamente: ela condensa, em forma poética, uma experiência coletiva de resistência que o campo intelectual brasileiro, em 1976, estava ávido por nomear e legitimar. O exílio, nesse sentido, não é apenas a condição que produziu o poema. É parte constitutiva do valor que o campo atribui a ele.

4. POEMA SUJO COMO BEM SIMBÓLICO: CAMPO, CAPITAL E CONSAGRAÇÃO

A publicação do Poema sujo pela Civilização Brasileira em 1976 e o esgotamento imediato de sua primeira edição não são eventos que se explicam pela qualidade estética da obra isoladamente — embora essa qualidade seja inegável. Explicam-se, antes, pela convergência de três fatores que o campo havia preparado ao longo de uma década: a demanda reprimida por uma literatura que nomeasse a experiência da repressão sem ser panfletária; a posição estratégica que Gullar ocupava no campo intelectual, construída ao longo de uma trajetória que combinava militância, produção poética e redes de sociabilidade; e o momento histórico específico de distensão política, que tornava possível — e simbolicamente necessária — a circulação pública de uma obra produzida no exílio. É a articulação desses três fatores, e não qualquer um deles isoladamente, que transforma o Poema sujo em bem simbólico de primeira grandeza.

Para Bourdieu, o campo literário é um espaço de lutas pelo monopólio da legitimidade cultural — um espaço em que diferentes agentes (autores, editoras, críticos, instituições) disputam o poder de definir o que conta como literatura válida e o que deve ser consagrado como obra de valor. Esse campo possui uma lógica própria, relativamente autônoma em relação ao campo econômico e ao campo político, mas não impermeável a eles. No Brasil de 1976, essa permeabilidade era particularmente acentuada: o campo literário havia sido atravessado pela ditadura de tal forma que as categorias de valor estético e de valor político se tornaram parcialmente indissociáveis. Uma obra que conseguisse articular elaboração estética sofisticada e experiência política autêntica

ocupava, nesse campo, uma posição de rara vantagem competitiva. O Poema sujo é exatamente isso.

A estrutura formal do poema — sua extensão, sua mistura de registros culto e coloquial, sua oscilação entre memória individual e experiência coletiva, seu uso da sinestesia como operador de presentificação — não é independente das condições de sua produção. É o exílio que autoriza e exige essa forma: a fragmentação da identidade do exilado encontra expressão na fragmentação sintática do poema; a urgência da morte iminente produz a voracidade e a doçura simultâneas que a crítica identificou como marcas centrais da obra. Mas é o campo que converte essa forma em valor. A sofisticação estética do Poema sujo — sua recusa tanto do panfleto militante quanto do hermetismo vanguardista — respondia precisamente ao que o campo literário brasileiro, naquele momento, definia como critério de excelência: uma literatura capaz de ser ao mesmo tempo politicamente engajada e esteticamente elaborada, sem que um polo anulasse o outro.

Esse ajuste entre a obra e as expectativas do campo não é produto de cálculo consciente — é o que Bourdieu chamaria de sentido do jogo, aquela disposição adquirida ao longo da trajetória que permite ao agente agir de forma adequada às demandas do campo sem precisar formulá-las explicitamente. Gullar havia passado por vanguarda neoconcreta, por cordel militante, por jornalismo cultural — cada uma dessas experiências havia depositado no autor disposições que, combinadas às condições extremas do exílio, produziram uma obra capaz de operar simultaneamente em registros que o campo valorizava. Não é que Gullar tenha calculado o Poema sujo para ser consagrado. É que seu habitus — construído ao longo de décadas de posicionamentos e reposicionamentos no

campo — o havia preparado para produzir, naquele momento, exatamente o que o campo estava em condições de receber.

A consagração, no entanto, não se completa sem mediação institucional. E é aqui que o episódio do interrogatório de 72 horas, ao qual Gullar foi submetido pelo DOPS após seu retorno ao Brasil em 1977, adquire um significado que vai além da dimensão biográfica. O Estado que persegue o autor ao retornar é o mesmo Estado que, ao liberá-lo sem maiores consequências, chancela institucionalmente sua posição no campo. A perseguição confirma a ameaça que a obra representa; a liberação confirma que o campo literário havia criado em torno do autor uma proteção simbólica suficientemente sólida para constrangê-lo. Os agentes que se mobilizaram para garantir o retorno seguro de Gullar — a Associação Brasileira de Imprensa, o Sindicato de Jornalistas, a Ordem dos Advogados do Brasil — não atuavam apenas como defensores de um indivíduo: atuavam como representantes do campo intelectual, afirmando sua autonomia relativa diante do poder político. O Poema sujo havia acumulado capital simbólico suficiente para que sua defesa se tornasse, também, uma defesa do próprio campo.

Esse mecanismo revela uma das operações mais sofisticadas do campo literário em contextos autoritários: a conversão do capital político — a perseguição, o exílio, a resistência — em capital simbólico literário. Gullar não é consagrado apesar de ter sido exilado e perseguido: é consagrado, em parte, porque foi exilado e perseguido, e porque o Poema sujo converte essa experiência em forma poética de alta elaboração. O campo encontra nessa conversão uma dupla vantagem: legitima a literatura como espaço de resistência política e, simultaneamente, afirma sua autonomia ao tratar como valor estético o que o regime pretendia punir como

subversão. É essa dupla operação que explica por que a consagração do Poema sujo foi tão rápida, tão ampla e tão duradoura — e por que ela não pode ser compreendida fora das condições históricas específicas que a tornaram possível.

5. REPOSICIONAMENTO E LUTO PÓS-DITATORIAL: OS EFEITOS DA CONSAGRAÇÃO SOBRE OBRA E AUTOR

A consagração do Poema sujo não encerra um processo — inaugura outro. Se as seções anteriores examinaram as condições que tornaram possível a conversão da obra em bem simbólico, esta seção se ocupa das consequências dessa conversão: o reposicionamento de Gullar no campo literário brasileiro e as tensões que esse reposicionamento produziu entre a produção poética e as demandas crescentes do mercado cultural no período pós-ditatorial. É nesse ponto que a análise bourdieusiana precisa ser complementada pelo conceito de luto pós-ditatorial formulado por Idelber Avelar, porque é ele que permite nomear a contradição central com que a literatura brasileira — e Gullar em particular — se confronta a partir de 1977: a de ter de continuar produzindo num campo que havia sido irreversivelmente alterado pela ditadura e pela lógica mercantil que a abertura política acelerou, e não freou.

O reposicionamento de Gullar no campo após o Poema sujo é imediato e visível. O poeta que retorna ao Brasil em 1977 não é o mesmo que partiu: sua posição no campo havia saltado de uma zona de contestação — onde sua produção militante era recebida com reservas estéticas — para uma zona de consagração consolidada, onde o Poema sujo funcionava como referência incontornável da literatura brasileira de resistência. Esse salto tem consequências práticas e simbólicas. Praticamente, abre o acesso a

instâncias de legitimação que antes lhe eram parcialmente fechadas — prêmios, cargos, convites para publicações de prestígio, presença nos cânones escolares e universitários. Simbolicamente, institui uma expectativa sobre a produção futura que o autor precisará administrar: a do poeta que sobreviveu ao exílio e deve continuar sendo a voz que o campo havia consagrado.

É aqui que a obra produzida imediatamente após o retorno — em especial *Dentro da noite veloz*, publicado também em 1976, e os poemas reunidos posteriormente em *Na vertigem do dia* (1980) — revela uma inflexão significativa. A poesia de Gullar abandona progressivamente a escala épica e memorialista do *Poema sujo* e passa a operar em registros mais contidos, mais cotidianos, mais íntimos. O poema *O açúcar*, frequentemente citado como exemplo dessa nova dicção, condensa em poucas estrofes uma crítica ao capitalismo que percorre, com rigor e leveza, a cadeia de produção do açúcar desde os canaviais pernambucanos até a xícara de café em Ipanema. Não há aqui o grito do exilado — há a observação precisa do poeta que aprendeu, com a maturidade e com o campo, que a sutileza pode ser mais eficaz que a urgência. Essa mudança não é abandono do engajamento político: é seu reposicionamento estético, uma resposta às novas condições que o campo impõe após a consagração.

Avelar, ao analisar a literatura pós-ditatorial latino-americana, identifica nessa produção uma tensão constitutiva que ilumina diretamente o caso de Gullar. O imperativo do luto — a necessidade de elaborar o passado, de nomear a perda, de restituir simbolicamente o que a ditadura destruiu — entra em conflito com a lógica substitutiva do mercado capitalista, que opera segundo uma temporalidade radicalmente oposta: a do descarte e da

renovação constante, na qual o passado se torna rapidamente obsoleto e a memória, mercadoria perecível. A literatura pós-ditatorial, nesse sentido, se vê presa entre dois imperativos contraditórios — o de manter viva a memória da repressão e o de se adaptar às demandas de um mercado que prefere o novo ao testemunhal, o entretenimento à elaboração do trauma.

Para Gullar, essa tensão se manifesta de forma particularmente aguda porque sua consagração havia sido construída sobre a experiência do exílio — uma experiência que, por definição, não pode ser repetida. O campo havia consagrado o Poema sujo como obra de um momento histórico específico, e esse mesmo campo passaria a cobrar do autor, implicitamente, que continuasse sendo o que a obra havia feito dele. A resposta de Gullar a essa armadilha é, ela própria, reveladora dos limites do campo: o poeta não abandona a memória, mas a redimensiona — passa do registro épico para o registro lírico-cotidiano, do exílio para a cidade, da urgência para a contemplação. Essa transição produz obras de inegável qualidade, mas também assinala o momento em que a produção de Gullar começa a negociar, de forma mais explícita, com as expectativas do mercado editorial em expansão.

Há, nesse processo, uma dimensão que Bourdieu chamaria de efeito de naturalização: a posição conquistada no campo tende a ser vivida pelo agente como resultado natural de seu mérito, obscurecendo as condições históricas e relacionais que a tornaram possível. Para Gullar, a consagração do Poema sujo torna-se, progressivamente, o ponto de referência a partir do qual toda sua produção anterior é relida — e valorizada — e toda produção posterior é avaliada. O campo literário, ao consagrar o exílio como condição de valor, institui paradoxalmente uma prisão simbólica: o autor que sobreviveu ao

exílio e o transformou em grande literatura passa a ser definido, no limite, por essa experiência. O luto, que Avelar identifica como imperativo pós-ditatorial, torna-se também, para Gullar, uma posição no campo — uma posição que o mercado sabe como explorar e que o autor, com maior ou menor consciência, aprende a habitar.

Essa leitura não pretende diminuir a obra de Gullar nem reduzir sua trajetória a uma narrativa de cooptação pelo mercado. Pretende, ao contrário, revelar a complexidade dos mecanismos pelos quais o campo literário opera em contextos de transição política — produzindo consagrações que são simultaneamente reconhecimentos legítimos e instrumentalizações simbólicas, resistências genuínas e incorporações mercantis. O Poema sujo permanece uma das obras mais importantes da literatura brasileira do século XX não apesar dessas contradições, mas através delas: porque soube, nas condições extremas do exílio e da ditadura, produzir uma forma poética capaz de sobreviver às condições que a geraram — e de continuar sendo lida, décadas depois, como testemunho insubstituível de um tempo que o mercado preferiria esquecer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permite formular, com maior precisão, a tese que orientou sua construção: a consagração do Poema sujo de Ferreira Gullar é um fenômeno que só se torna inteligível quando examinado na confluência entre condições históricas, estrutura do campo literário e dinâmica do mercado editorial — e não como resultado natural de uma qualidade estética que existiria independentemente dessas condições. Isso não significa negar a grandeza da obra. Significa, ao

contrário, compreendê-la em sua espessura histórica real: como produto de um campo que havia sido atravessado por uma década de repressão, que acumulava demandas reprimidas por uma literatura capaz de nomear a experiência da ditadura com elaboração estética, e que encontrou no Poema sujo — e nas condições específicas de sua circulação e publicação — a obra que respondia a essas demandas.

O que o caso Gullar revela, nesse sentido, é um mecanismo que transcende sua singularidade biográfica: a capacidade do campo literário de converter experiência política extrema em capital simbólico, produzindo consagrações que são simultaneamente reconhecimentos legítimos e operações de mercado. Esse mecanismo não é exclusivo do Brasil nem da ditadura de 1964 — é estrutural ao funcionamento dos campos culturais em contextos autoritários, onde a repressão involuntariamente cria as condições para determinadas formas de distinção simbólica. O exilado que retorna com uma obra excepcional não é apenas um sobrevivente: é um agente que o campo estava preparado para consagrar, porque a consagração desse tipo de figura cumpre funções simbólicas que interessam ao próprio campo — legitima a literatura como espaço de resistência, afirma sua autonomia relativa diante do poder político, e oferece ao mercado um produto com valor de distinção elevado.

Essa leitura abre uma agenda de pesquisa que extrapola os limites deste artigo. Se o mecanismo identificado aqui — conversão de capital político em capital simbólico literário — é estrutural e não conjuntural, cabe perguntar como ele opera em outros contextos e com outros sujeitos. Em particular, cabe perguntar como esse mecanismo funciona — ou deixa de funcionar — quando o agente

em questão não é um homem branco com redes de sociabilidade consolidadas nos circuitos intelectuais do Rio de Janeiro, mas uma escritora nordestina, periférica em relação aos centros de consagração do campo literário brasileiro. A pergunta não é retórica: ela aponta para um deslocamento analítico necessário, que a crítica literária contemporânea vem realizando ao examinar as condições desiguais de acesso à visibilidade e à consagração para autoras e autores historicamente marginalizados.

Nesse sentido, o Poema sujo e sua trajetória de consagração funcionam, também, como contraponto revelador. O capital social que Gullar havia acumulado — as redes de intelectuais, a proximidade com figuras como Vinícius de Moraes, os vínculos com editoras de prestígio — foi decisivo para que o exílio se convertesse em distinção e não em silêncio. Para muitos outros escritores e escritoras que viveram condições igualmente extremas de repressão e deslocamento, sem esse capital acumulado, a experiência do exílio não produziu consagração — produziu apagamento. O campo literário, como todo campo em Bourdieu, é um espaço de lutas desiguais, e a desigualdade das condições de entrada e permanência determina, em larga medida, quem tem o exílio transformado em obra consagrada e quem tem a obra silenciada pela ausência das mediações necessárias.

O Poema sujo permanece, cinco décadas depois de sua publicação, uma obra incontornável da literatura brasileira — lida, relida, estudada, ensinada. Essa permanência é, ela própria, um dado analítico: indica que a consagração produzida pelo campo em 1976 foi suficientemente sólida para sobreviver às transformações do mercado e às recomposições do cânone. Mas indica também que o campo soube, ao consagrar essa obra, fixar um determinado modo

de compreender a relação entre literatura e política, entre experiência histórica e forma poética, entre resistência e mercado — um modo que ainda orienta, com suas possibilidades e seus limites, a recepção da literatura brasileira produzida em contextos de exceção. Examinar os mecanismos dessa consagração, como este artigo procurou fazer, é também uma forma de interrogar os critérios que o campo utiliza para decidir o que merece ser lembrado — e o que, por ausência das condições necessárias, é condenado ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Idelber. Alegorias da derrota: ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

BOSI, Alfredo. Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et al. (Org.). Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. Le Sens pratique. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

GULLAR, Ferreira. Poema sujo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

GULLAR, Ferreira. Rabo de foguete: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro. Revista USP, São Paulo, n. 26, p. 164-181, jul./set. 1995.

LAFETÁ, João Luiz. A dimensão da noite. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: entrevista com Ferreira Gullar. Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, p. 4-62, maio 2012.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: _____. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

VILLAÇA, Alcides. A poesia de Ferreira Gullar. 1984. 187 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

¹ Mestra em Estudos Literários (UFPI - Universidade Federal do Piauí). Especialista em Políticas e Educação Democrática (UNICESUMAR). Especialista em História, Cultura e Literatura Afro-Brasileira e Indígena (UNICESUMAR). Graduanda do curso de Sociologia (UNIFAHE). Professora do Estado do Ceará - ensino médio (SEDUC-CE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)